

# A GUERRILHA DO ARAGUAIA E OS CERCAMENTOS DOS RECURSOS COMUNS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

## THE ARAGUAIA GUERRILHA AND THE ENCLOSURE OF COMMON RESOURCES IN THE SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ

Maria Leal Pinto <sup>1</sup>

Dernival Venâncio Ramos Júnior <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende descrever as práticas de expulsão e grilagem de terras no Araguaia e como estas práticas se intensificaram durante e depois da guerrilha. Mostrar também como os governos militares atuaram para controlar a região, para fomentar e fortalecer os grandes latifúndios, projetos agropecuários e obter o domínio dos recursos minerais. Pretende-se, assim, conhecer as práticas de cercamentos dos comuns promovidas pelo Estado brasileiro durante os anos da Guerrilha do Araguaia. Revisitando a literatura especializada, é possível encontrar vestígios que apontam que durante o regime militar, os governos tinham como objetivo não somente o controle social, mas também do território e seus recursos de uso comunitário.

**Palavras-Chave:** Guerrilha do Araguaia. Cercamentos. Recursos Comuns.

**Abstract:** This article intends to describe the practices of expulsion and land grabbing in Araguaia and how these practices intensified during and after the guerrilla, as well as how the military governments acted to control the region, to foment and strengthen the large landed estates, agricultural projects and domination of mineral resources. It is intended, therefore, to know the practices of enclosure of the commons promoted by the Brazilian State during the years of the Guerrilha do Araguaia. Revisiting the specialized literature, it is possible to find traces that indicate that during the military regime, governments aimed not only at social control, but also over the territory and its resources for community use.

**Keywords:** Guerrilha do Araguaia. Enclosures. Common Pool Resources.

- 
- 1** Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás Especialista em Educação e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins Doutorado em Letras: Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Professora Efetiva da Educação Básica do Estado de Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3410492611964989>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0147-8917>. Email: [mariaozimo2016@gmail.com](mailto:mariaozimo2016@gmail.com)
  - 2** Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea da América Latina e Caribe, atuando nos seguintes temas: literatura e história, oralidade e cultura escrita. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9941464654933458>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5092-1199>. E-mail: [dernivaljunior@gmail.com](mailto:dernivaljunior@gmail.com)

## Introdução

A proposta aqui apresentada tem como método a revisão bibliográfica e documental, analisando os pontos importantes através das evidências encontradas na literatura especializada sobre a guerrilha do Araguaia, que convergem com a teoria de Silvia Federici (2022) acerca dos novos cercamentos ocorridos da década de 1970. Nesse período, o Brasil estava alinhado com os Estados Unidos e a política neoliberal implantada no país.

As terras do sul e sudeste paraenses já estavam sob a mira estadunidense, principalmente pela abundância de recursos naturais e minerais; já havia pesquisas e prospecções que confirmavam a riqueza da região. Nessa conjuntura de controle de espaço e recursos naturais, havia uma migração que há décadas se direcionava para a região, e que se intensificara durante e depois da Guerrilha. Isso acabou por tornar a região um local marcado por muitos conflitos e violência.

A Guerrilha do Araguaia como fato histórico e político, chamou ainda mais a atenção para a região. Os cercamentos – já em curso mesmo antes da chegada dos guerrilheiros – avançaram através das grilagens, invasão de posses, expulsões de camponeses, invasão de terras indígenas, assassinatos de posseiros etc.

O regime militar brasileiro (1964-1985) por sua vez, além de aniquilar o foco guerrilheiro, promoveu a privatização e entrega das terras e recursos da região para grandes proprietários e corporações nacionais e para o capital internacional. Os usos dos recursos foram interditados à população regional, de base migrante, que se tornou, em grande medida, mão-de-obra vulnerável para os empreendimentos como fazendas e mineração.

O texto se subdivide em quatro tópicos. No primeiro deles, faremos uma breve descrição do cenário político e social antecedente à Guerrilha do Araguaia, mostrando como já estava em curso um projeto de cercamento do Araguaia e de seus recursos comuns. No segundo tópico, tratamos da organização e implantação do foco guerrilheiro; no terceiro momento, descrevemos a chegada dos militares na região e procuramos mostrar como suas práticas contribuíram para o aumento dos cercamentos de terras e recursos naturais. No último tópico, elencamos pontos que tratam do papel do estado na entrega dos recursos e das terras ao capital privado. Para tal, lançaremos mão da teoria de Federici (2022) sobre os cercamentos dos comuns levados à cabo a partir de 1970.

## Antecedentes

A Guerrilha do Araguaia está completando meio século em 2022, e para compreendermos melhor aquele fato histórico, é preciso que se faça um retorno breve à década de 1960 e a contextualize dentro do acirramento da disputa entre o sistema capitalista *versus* socialista. O mundo vivia sob a pressão da polaridade entre Estados Unidos da América - EUA e União das Repúblicas Soviéticas Socialistas – URSS. Nesse cenário de luta política e ideológica mundial, os países periféricos aos dois blocos se tornaram áreas de disputa política, ideológica e militar.

O Brasil sendo um país da zona de influência capitalista, acabara de eleger Jânio Quadros, político conservador da UDN<sup>1</sup> para presidente e João Goulart, um político com ideias progressistas, eleito vice-presidente<sup>2</sup> pelo PTB<sup>3</sup>. O país, no entanto, passava pelo momento de radicalização política e ferrenha campanha contra os ideais comunistas. Jânio Quadros por sua vez renunciou ao mandato sete meses após o início de seu governo.

A posse de João Goulart se deu em meio a uma grave crise política, sendo lançada a Campanha da Legalidade.<sup>4</sup> A ala militar não aceitava a posse de Goulart. Setores progressistas iniciaram uma luta política pela legalidade e pela posse de João Goulart, garantida na Constituição de 1946,

1 UDN - União Democrática Nacional

2 Na época em questão se votava separadamente para presidente e vice-presidente, desta feita foi eleita a chapa Jan-Jan. Ou seja, a chapa de Jânio Quadros não conseguiu eleger o vice-presidente, sendo eleito um presidente da ala conservadora e o vice-presidente da ala progressista.

3 PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

4 A Campanha da Legalidade foi uma movimentação civil e militar que visava garantir a posse de João Goulart, já que as Forças Armadas estavam na iminência de dar o golpe militar, que viria mais tarde.

considerando que mediante a renúncia de Jânio Quadros, Jango o sucederia na presidência. Nessa conjuntura de efervescência política, João Goulart que estava em viagem diplomática à China se via diante de ameaças dos militares, que afirmavam que ele seria preso ao retornar ao país.

Na iminência de sofrer um golpe e não assumir a presidência, o então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, Leonel Brizola, não só colocou as forças militares de seu estado a disposição de João Goulart, como também articulou e mobilizou uma campanha envolvendo a sociedade civil na defesa da posse de Jango.

O país esteve à beira de uma guerra civil; a população se mobilizou para a posse de Jango e o então governador de Goiás, Mauro Borges, ofereceu seu apoio e escolta a Jango até Brasília. Os militares não vislumbrando outra saída, senão pelo uso de armas e percebendo o apoio popular de Jango, articularam com a oposição um sistema que limitasse os poderes de Jango. A sua posse se deu mediante a condição de assumir a presidência em um sistema de governo parlamentarista, quadro revertido pelo plebiscito de 1963, que contrariou a oposição e os militares

O mandato de João Goulart era uma afronta à elite da época, provocava desconforto entre os militares e nos Estados Unidos por suas características progressistas em uma zona de influência capitalista e cuja atuação dos EUA era constante para derrubar as lideranças na América Latina. Sob os olhos da águia americana e vigilância constante dos serviços de inteligência, João Goulart buscava meios de avançar em seu plano de governo. Engajado em uma campanha de reformas estruturais do país, lançou as Reformas de Base, em uma das muitas propostas reformistas um dos pontos seria o de resolver um dos problemas históricos e que até os dias atuais não avançou, a questão fundiária brasileira.

Contudo, esse engajamento não fora suficiente. As reformas de base que propunha o presidente, e principalmente a questão da terra tendo a reforma agrária como solução, esbarravam em dispositivos legais que a inviabilizavam. A Constituição de 1946, como afirma Silva (2019, p. 10), mesmo reconhecendo a terra a partir da sua função social e a expropriação como forma de atender ao interesse social, geraria ações indenizatórias por parte do estado. Como podemos ver na Constituição de 1946, o parágrafo primeiro do título V, estabelece:

1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas

O pagamento dessas indenizações se tornava cada vez mais impraticável dado o fato de os latifundiários, como mostra Silva (2019, p. 12), ver nesse modelo de reforma agrária mais um “negócio agrário”. As incisivas de João Goulart junto ao Senado e a Câmara dos Deputados para que aprovassem a “emenda ou reforma constitucional que viabilizasse a execução da reforma agrária” não surtiram efeito e não foi acatada pelo poder legislativo. Havia em jogo o interesse da elite agrária que não se propunha a negociar senão com margens de lucros exorbitantes no “negócio da terra”.

Todavia, estava em curso o processo de cercamento das terras de uso comum na região Sudeste do Pará, iniciado com os grandes empreendimentos estatais, a exemplo da BR-153 que valorizou a região e aumentou a especulação sobre as terras. Sobre as terras às margens da Belém – Brasília, Petit (2003, p. 73) diz que

Uma das primeiras consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definidas como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país.

O processo de cercamento se deu através de diversos dispositivos, como as cercanias das grandes pastagens, das grandes lavouras e restrição do livre acesso ao extrativismo natural e social, a grilagem, a expulsão de camponeses de posses, a pistolagem, a compra de terras a preços irrisórios por parte dos vizinhos latifúndios, desmatamento e a degradação dos recursos naturais, o extrativismo mineral e a invasão das terras indígenas e das comunidades tradicionais. Como assevera Campos Filho (2013, p. 71) sobre a ocupação dessa região:

A construção dessas estradas, e, particularmente, da Belém-Brasília, foi extremamente importante para consolidar o processo de ligação que faltava ao território brasileiro. Uma conquista que atendia aos objetivos estratégicos, geopolíticos, que, juntamente com a transferência da capital federal para Brasília, representarão uma nova e definitiva etapa no objetivo de ligar o coração do Brasil a todas as regiões, notadamente em direção à Amazônia, até então vista como inexpugnável, e que significará a abertura de novas frentes de trabalho e de atração de populações que pudessem transformar um imenso vazio em um enorme celeiro de produção agrícola e criação de gado.

Esses e tantos outros dispositivos foram se atualizando e se apresentado de diversas maneiras, inclusive de forma legal através de ações do estado caracterizada na forma de despejo judiciais violentos e acompanhados de aparato policial, dívidas bancárias, entre outras. Consequentemente provocou o deslocamento de populações camponesas para os médios e grandes centros urbanos, o que refletiu em diversos problemas sociais dada a falta de política social de uso da terra no país.

Goulart não conseguiu avançar com sua pauta progressista, ao contrário, suas propostas de governo ataçaram ainda mais a oposição política que ansiava chegar ao poder. Somado a isso tinha a insatisfação da elite brasileira que havia se aliado ao discurso da ameaça comunista, assim como parte da ala religiosa que acreditava que um governo comunista seria uma ameaça ao cristianismo e aos valores pregados cristãos. Esse processo de cercamento que já havia se iniciado, porém de forma lenta, foi intensificado com o golpe de 1964 e com ele a entrega de terras às grandes corporações nacionais e internacionais.

Souza (2019, p. 82-83) explica que

Em um contexto de ebulição social e clamor por reformas de base que tornassem o país mais inclusivo, a acusação de populismo casa-se com a de comunismo e mobiliza as Forças Armadas chamadas pela imprensa e pela elite do dinheiro a desempenhar seu “papel constitucional”. A fração conservadora majoritária da classe média faz sua parte e confere a aparência de base popular do golpe. Como os golpes precisam ter a aparência de legalidade, as Forças Armadas desempenharam esse papel interpretando a seu modo dispositivos constitucionais. Mesma função exercida pelo aparelho jurídico-policial do Estado no golpe atual.

O regime militar perdurou por 21 anos (1964-1985) marcados pelo autoritarismo, atraso e obscurantismo. Acentuaram-se as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

## **A resistência do PC do B**

Ao longo dos anos ditatoriais, o país foi governado com base nos atos institucionais, a oposição política e a sociedade estavam sob constante vigilância e perda de direitos, principalmente os direitos políticos e a livre manifestação, caso contrariasse a imagem forjada do regime de exceção. Ano após ano, a Ditadura Militar fechava o cerco em desfavor de seus oponentes, culminando em 1968 com o Ato Institucional nº 5, AI - 5, considerado o mais duro de todos.

Com o AI – 5 os direitos políticos e várias garantias legais dos adversários foram suspensas,

inúmeras prisões, torturas, assassinatos, cassação, censura, banimento do país e uma infinidade de arbitrariedades aumentaram. Acentuou ainda mais as ações de intolerância contra os opositores, o que fez com que a oposição se reinventasse e buscasse alternativas para resistir. O deslocamento de militantes para o interior do país foi uma das estratégias encontradas para tirar o foco dos opositores políticos dos médios e grandes centros urbanos. Inicia-se, então, o projeto de resistência do partido no Araguaia para organizar o movimento armado rural. Sobre o Araguaia e seus objetivos, João Amazonas afirmou em depoimento que:

As greves foram proibidas. Os sindicatos, interditados. Enfim, com o chamado Ato Institucional nº 5, impôs - se um regime de terror contra o povo; isso sem falar nos planos terroristas do Rio-Centro e das maquinações monstruosas do brigadeiro Burnier, denunciadas pelo Capitão Sérgio, conhecido como Sérgio Macaco. É nesse ambiente que surge o Araguaia, organizado e dirigido pelo Partido Comunista do Brasil. Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão, não visava implantar o socialismo no Brasil. Destinava - se a organizar armada contra a ditadura, já que não havia espaço para outras formas de lutas nas cidades. O objetivo político da Guerrilha do Araguaia estava enunciado em um documento, largamente distribuído no entre a população do sul do Pará, intitulado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Esse era de fato o objetivo da luta guerrilheira do Araguaia, um movimento intimamente ligado à população camponesa e pobre. (VÁRIOS AUTORES, 2005, p. 45)

A expressão maior de um partido de tradição comunista que tínhamos no Brasil era o PCB fundado em 1922, e que viria a rachar em 1962. De sua dissidência surgiu o PC do B. O PC do B concentra a ala em que o pensamento se alinhava com os pensamentos de Mao Tse Tung e a prática de guerrilha era vista como a forma de alcançar o poder. A partir de 1966, o partido deu início ao plano de implantação da guerrilha rural no Brasil. Escolhendo a região do Araguaia para a implantação do foco de resistência rural, enviou os primeiros membros do partido para o local. O primeiro a chegar foi Osvaldo Orlando da Costa, que em 1966 chegou a Araguatins e posteriormente “instala sua posse no Gameleira” (JOFFILY, 2012, p. 50).

Osvaldo Orlando – Osvaldão –, foi desenhando as condições necessárias para o estabelecimento da militância na região e aos poucos foram chegando outras levadas de militantes, que mais tarde viriam a ser chamados de “paulistas ou povo da mata” pelos camponeses. Esses e essas jovens, adultos e idosos que foram se instalando na região se dedicaram a diversas atividades locais, como comércio, lavouras, coleta, caça, pesca, mariscagem, garimpagem, e abertura de escolas. Para essa população, os paulistas forneciam remédios, faziam partos, ofereciam serviços de assistência básica em saúde etc. Logo conquistaram a simpatia local e assim os laços de amizade foram se estreitando. Como afirma Clóvis Moura:

Passam - se muitos meses, dois anos talvez. Os novos moradores estreitam suas relações com o povo, identificam - se com ele. São estimados e estimam sinceramente os que conhecem. Amizade não se consegue da noite para o dia. Vai-se forjando com o tempo. Uma ajuda aqui, outra acolá, o respeito às pessoas, a atenção que se lhes presta na conversa, o interesse pela sua vida, o conselho que se ouve dos que habitam o lugar, o desejo de aprender com a massa - tudo isto vai tecendo os fios invisíveis da amizade. Os lavradores contam suas agruras, seus casos. Uma vizinha costuma dizer que ela só conhece o lado mau da existência. (MOURA, 1979, p. 26 - 27).

A região do Araguaia conheceu diferentes fluxos migratórios, pessoas de diversas partes do país, em especial do nordeste e norte goiano, que iam em busca de um pedaço de terra, melhores

condições de vida ou mesmo como afirma Portela (1986, p. 34), “aquela era uma região de vaivém, de gente perseguida que procurava uma terra para assentar”. Os militantes do PC do B se passavam por pessoas que saíam da sua terra em busca de oportunidades, um quadro que no Brasil depois do golpe de 1964, havia se tornado algo comum, visto que como afirma Moura, sobre o país e a conjuntura que fomentava o fluxo migratório para as regiões interioranas do país:

Na quadra difícil que passa a vida nacional, depois do golpe de abril de 1964, inúmeras pessoas de grandes centros urbanos procuravam se transferir para o interior. Fazem - no por motivos distintos. Umas, devido a perseguições políticas; outras, ansiosas de mudar o gênero de suas atividades; algumas tentando empreendimentos lucrativos; muitas por pioneirismo, brasilidade e espírito revolucionário. Precisamente o sul do Pará, em tal ocasião, atraía multidões de forasteiros. Era uma frente de expansão, procurada por camponeses sem terra e por gente que se dedica ao extrativismo e ao comércio, notadamente maranhenses, piauienses, cearenses, goianos, capixabas e mineiros (MOURA, 1979, p. 17-18).

Os “paulistas” tinham como diferencial das pessoas da região seus conhecimentos especializados e a solidariedade para com aquela gente. Segundo Portela (1986, p. 28), “os paulistas ensinavam o povo dos lugares a ler e haveria até médicos no meio deles, porque distribuíam muito remédio que não era amostra grátis”. Inicialmente se dedicaram ao trabalho e ao estabelecimento de relações com as pessoas da região. A adaptação, ao que transparece se deu bem rápido, e logo de início já se iniciaram as trocas comerciais e a política de assistência aos necessitados. Como consta em Moura, desde a chegada ao Araguaia, os militantes do PC do B já se encarregaram de estabelecer relações pautadas na solidariedade:

De início, neste longínquo lugar, organizam um pequeno comércio. Compram e vendem. Compram o que os moradores produzem. Vendem aquilo que eles prementemente precisam. Comércio sem pretensão. A margem de lucro, escassa, assegura tão-somente a continuidade do negócio. Os lavradores não têm dinheiro. Tudo se realiza à base da troca. Trazem um saquinho de pano com amostras de coco-babaçu, ovos, uma franguinha. Mais tarde, arroz, fumo, castanha-do-pará, milho, mandioca, farinha. Procuram saber o quanto dá o pouco que trouxeram. Então fazem as compras: sabão, açúcar, sal, café, querosene, remédio - em quantidades diminutas. No local também se atendem necessitados de socorro médico. Fazem-se curativos, salvam-se vidas da gente pobre que não tem assistência de qualquer espécie (MOURA, 1979, p. 19).

Daniel Calado (Doca) e Paulo Rodrigues iniciaram suas atividades na região como comerciantes numa espécie de comércio móvel ou ambulante. Eles faziam o seu percurso comercial e de contato com a população do Araguaia em um barco casa. Assim podemos constatar em Moura:

A uns vinte quilômetros além de São Geraldo, defronte Aruanã (Goiás), mora Paulo Rodrigues, gaúcho calmo e sério, de trinta e três anos acompanha-o um operário, Daniel Calado, conhecido por Doca. Durante muito tempo os dois trabalharam num comércio sui-generis. Subiam e desciam o Araguaia, em pequeno barco a motor - o Carajá - vendendo roupa, utensílios de pesca, miudezas domésticas. O barco era a sua casa. Conheciam bem a região ribeirinha, desde Conceição do Araguaia até Luiz Alves, muito adiante de São Félix. Agora, acomodam -se à margem esquerda do rio, perto de Caiano. Derrubam, plantam. Começam a organizar uma fazendola (MOURA, 1979, p. 21).

Vivenciando a realidade local do cotidiano e percebendo as necessidades locais, a militância comunista do Araguaia, foi oferecendo à população o mínimo de estrutura de serviços básicos, principalmente saúde e educação. De acordo com Moura:

Nesses confins surge a primeira escola. Construída pelos moradores, graças ao empenho de Paulo Rodrigues. Áurea torna-se a professora. No fim do ano, quarenta crianças haviam aprendido a ler. Ao encerrar o curso, houve festa. E choro. E gratidão dos pais e moradores à professorinha dedicada que recebia macaxeira, frutas, caça, batata-doce em pagamento às aulas ministradas (MOURA, 1979, p. 21).

Algumas e alguns personagens ficaram registrados e marcados pela sua forte atuação junto à população, como no caso de Dina e Osvaldo. Como afirma Portela (1986, p. 38-39), “difícil é saber se Dina marcou mais como assistente social ou como guerrilheira. Sua personalidade era tão forte que, num lugar onde o patriarcado é lei máxima, o seu marido, também guerrilheiro, ganhou o apelido de Antônio da Dina”. Osvaldo Orlando, por sua vez, sempre foi lembrado por sua simpatia, generosidade, habilidades, características físicas e por situações peculiares, como por exemplo, quando comprou um cachorro para ajudar uma moradora.

[...] certa vez - contam as pessoas do lugar -, passava por um barraco pobre, num “centro” distante. Parou para beber água. A dona do casebre lhe falou sobre a filha pequena que estava morrendo. Ela não tinha recursos. Se tivesse um dinheirinho salvaria a criança.

“A única coisa que tenho é esse cachorro. Não quer comprar?” Osvaldo meteu a mão no bolso. Todo o dinheiro que possuía entregou à mulher.

“Bem, o cachorro é meu, mas a senhora fica tomando conta dele...” (MOURA, 1979, p. 19-20)

A dimensão das ações guerrilheiras se estendeu por uma vasta região entre os rios Araguaia e Tocantins, estabelecendo vínculos e atendendo ‘uma clientela’ diversa. Mais uma vez a bibliografia sobre a guerrilha ilustra essa atuação social da guerrilha frente a latente necessidade da população local, como no trecho que segue abaixo.

[...] E o que dizer do suave doutor João Carlos Haas Sobrinho (ex-presidente do Diretório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também da União Estadual dos Estudantes), construindo com a ajuda do povo em mutirões, um hospital no lugarejo de Porto Franco, em Goiás? A Tuca, enfermeira, sempre ajudando todo mundo; Flávio e Amauri, que se estabeleceram com uma farmácia no lugarejo de Palestina e que, se o doente não tivesse dinheiro para pagar o remédio, levava de graça; Manoel, estudante de Agronomia do Rio de Janeiro, sempre dando aulas aos lavradores, e com tanto sucesso que acabou se transformando num conselheiro geral para a lavoura da região; o casal Idalício e Valquíria, mineiros, ela tocando violão em rodas de festas, alegrando o povo, assim como a flauta de José Humberto Bronca, um ex-funcionário da Varig no Rio Grande do Sul (PORTELA, 1986, p. 38).

Havia uma relação de reciprocidade entre camponeses e militantes, se por um lado os guerrilheiros muito ajudaram com as especialidades que traziam, por outro, as habilidades e saberes dos locais quanto ao plantio das roças, da caça, coleta, conhecimento das características da floresta e como nela sobreviver, auxiliaram os militantes. Como assevera Moura (1979, p. 28), “para sobreviver é preciso caçar, conhecer a manha e o hábito dos bichos, pescar, utilizar tudo

o que seja digerível. Isto exige prática. Os novos moradores fazem sua aprendizagem”. Um dos episódios marcados por essa aprendizagem têm destaque no que acontecera com o guerrilheiro Glênio, como podemos ver no *Diário da Guerrilha do Araguaia*.

[...] Um dia (Oswaldo havia viajado), um morador vizinho, Darci, parou no barraco para conversar. Glênio, ingenuamente, perguntou-lhe se não havia inhame onde ele morava.

“Inhame? Mas aqui adiante de sua casa tem, de plantação antiga.”

E foi com Glênio indicar o lugar. Ali, pacientemente, explicou primeiro a maneira de se conhecer a planta. Depois ajoelhou-se e começou a escavar habilidosamente a raiz.

“É assim que se tira”, dizia. “Não se pode fazer de outra forma, senão fere o inhame e se perde uma boa parte.”

Era a primeira aula, prática, que os novos moradores recebiam. Aula de quem conhece a profissão, e ensina de bom grado” (PORTELA, 1986, p. 20).

Os anos foram se passando e cada vez mais os militantes do PC do B, estreitaram suas relações com a população, fazendo parte tanto na lida diária como também nas interações sociais que havia na região. Portela, sobre a vida dos guerrilheiros e guerrilheiras do Araguaia, afirma que

Os 63 do Araguaia, conseguiram, por força de suas convicções, levar uma vida dupla de guerreiros de preparação e posseiros pacíficos, ou comerciantes e profissionais liberais. Uma vida que desgastaria fisicamente a maioria das pessoas. Ao mesmo tempo em que preparavam a guerra, eles se misturavam ao povo, cada vez mais cativado e, por ecletismo ideológico, iam às missas e terecôs, (candomblé local), participavam de forrós, sempre mantendo a postura de monges, pessoas de comportamento e moral irrepreensível, tanto os solteiros quanto os casados (PORTELA, 1986, 36).

Além da amizade e das relações de solidariedade, a guerrilha e os militantes, foram ensinando aos moradores que era possível lutar e reivindicar seus direitos, inclusive na luta pela posse de suas terras, que com a chegada dos grandes empreendimentos do período militar atraiu cada vez mais grileiros e o grande capital se voltou para a região do Araguaia. Em um dos muitos episódios contados sobre os feitos de Oswaldo Orlando da Costa, está o enfrentamento a um grileiro que tentou invadir sua posse.

[...] Um grileiro foi ameaçar tirar a terra de Oswaldão e acordou, na sua casa, com o cano de um 38 cutucando seu rosto e a ordem, dita por “um negrão de quase dois metros de altura e com dois braços que pareciam duas pernas”, segundo a descrição que o conheceram: “Ô grileiro, vamos fazer outro negócio: em vez de você ficar com minha terra, você dá a sua a uma família muito necessitada. A família já tá aí, esperando. Vou lhe levar até a rodoviária e você não aparece mais aqui, senão morre. E se achar ruim morre agora que fica mais fácil...”

O grileiro saiu com a surpresa de encontrar os novos proprietários e mais de 30 pessoas das redondezas que aplaudiam a atitude de seu Oswaldão, homem justo (PORTELA, 1986, p. 38).

As muitas atitudes de companheirismo e solidariedade, aproximavam cada vez mais militantes e a população local, quiçá, não tenha sido detalhada aos camponeses o teor político e as reais intenções daquelas pessoas que vieram de tão longe e se integraram tão bem a região e seu

modo de vida. Mas o certo é que a pedagogia funcionou muito bem, e provavelmente encorajou novas lutas que vieram depois. Contudo, a população camponesa não poderia imaginar o quanto iriam sofrer de represálias em razão dessa convivência e dessas relações de solidariedade, troca e ajuda mútua que haviam estabelecido com guerrilheiros e guerrilheiras.

## **Transamazônica: a chegada dos militares e as consequências para os bens comuns**

A década de 1970, marcada pelo chamado Milagre Econômico e o avanço das organizações de esquerda rumo ao interior do Brasil, impulsionaram os governos militares a dirigir grandes empreendimentos para essas regiões, com o discurso de “Integrar para não entregar”. Nessa seara desenvolvimentista, um dos projetos que avançou foi a construção da Rodovia Transamazônica, que ao longo do seu percurso traçou um rastro de destruição e desrespeito com o meio ambiente e as populações que habitavam a região por onde ela passou; populações que faziam uso de recursos naturais num sistema comunal como os indígenas, pequenos posseiros, coletores, caçadores, ribeirinhos.

Por outro lado, como aponta Velho (2009, p. 78), o isolamento até a chegada da Transamazônica favorecia os grupos oligopolistas que mantinham castanheiros e suas famílias sob o jugo da exploração e violência. A quebra de isolamento com a construção da estrada proporcionou uma mudança nesse cenário fazendo com que os pequenos “comerciantes e subarrendatários da castanha, poderiam fazer o comércio direto com Belém”.

A Transamazônica também se tornou um problema para o desenrolar da luta armada orquestrada pelo PC do B. Embora o partido já contasse com integrantes na região desde a década de 1960 e tenham desenvolvido com maestria ações sociais fazendo boas relações com os camponeses, e aprenderam a sobreviver na mata e dela fazer seu escudo nas noites de treinamento, a chegada da rodovia trouxe militares para a região que passaram a ter conhecimento da área e das condições de vida e sobrevivência nela.

Portela detalha a tensão desse encontro entre militantes e militares:

[...] A Transamazônica chegava perto do local escolhido para a deflagração da guerrilha e isso, dentro do raciocínio dos comunistas, era uma faca de dois gumes: se de um lado aumentava os conflitos de terra, com a sua valorização e o programa do governo de colonizar a região, de outro dava a certeza de que a fiscalização, o crescimento e a repressão na área seriam bem maiores, caso fosse descoberto (PORTELA, 1986, p. 43).

Havia naquele momento, como afirma Campos Filho (2013), “uma preocupação geopolítica”, por parte do governo federal em “ocupar os espaços vazios na Amazônia”. O autor distingue duas correntes de ocupação: a de 1970, com o fomento do governo militar, e o slogan de “homens sem terra” para “terra sem homens”. As ações consistiam na transferência de populações camponesas da região nordeste, envolvidos em conflitos pela terra, desalojados pelas secas ou mesmo que haviam perdido suas posses para o latifúndio, para a região Amazônica. Com programas “estratégicos”, de ocupação da Amazônia visando a ocupação como forma de manter o domínio e a influência sobre a vastidão da floresta e amenizar a questão da terra, o governo militar realizou a manobra de incentivar a migração, que já ocorria décadas antes e por inúmeras razões; agora, contudo, com a expectativa dos migrantes se estabelecerem enquanto proprietários.

Desde a Lei de Terras de 1850, o movimento que logrou maior êxito na luta pela terra foram as Ligas Camponesas, influenciadas pelo PCB, que também foi desarticulado com o golpe de 1964. O Brasil, historicamente ao tentar solucionar o problema da terra e da moradia, sempre incentivou fluxos migratórios de camponeses para centros urbanos, sem qualquer planejamento ou assistência, o que sempre ocasionou problemas sociais relacionados à fome, à violência, doenças, moradia, trabalho, educação (NASCIMENTO et al, 2017).

Esse quadro de migração forçada e estimulada é reproduzido nos diversos ciclos produtivos do Brasil; fora assim na transição do escravismo para o trabalho assalariado, no ciclo da borracha, minério e construção de Brasília. Esse atrativo populacional, se dá principalmente do campo ou regiões com menores condições de emprego e geração de renda, para regiões de alta produtividade e empregabilidade ou mesmo que contenha promessas de sucesso econômico, direito à terra e ainda para os grandes centros urbanos. Durante o regime militar uma das grandes promessas era o povoamento da região Amazônica. Porém, a política econômica empregada pelos governos militares era de penúria para a população com baixo poder aquisitivo, e o uso dos recursos revertidos a grupos de alto poder aquisitivo e como moeda de troca na arregimentação de pessoas para auxiliar no combate à guerrilha.

A mobilidade populacional que sempre esteve presente na história do país, seguiu nos governos posteriores, inclusive nos governos progressistas, com os grandes empreendimentos ferroviários e hidrelétricos. Cabe ressaltar acerca dos empreendimentos dos governos progressistas que embora se tenha tido o amparo das leis trabalhistas, a questão fundiária não foi resolvida e nem sequer as garantias trabalhistas se estendiam a todos.

No Sul e Sudeste do Pará, a “terra prometida” que deveria sair do status de “terra sem homens” para servir aos “homens sem terra”, se tornou foi uma floresta tombada aos poucos e com ela o tombamento dos militantes do PC do B, posseiros, indígenas, camponeses aliados, sindicalistas, religiosos e líderes de movimentos sociais. Num movimento incessante de progresso, a mata desaparece e com ela muitos registros de lutas vão se esvaindo, num movimento sutil de apagamento de memórias.

Das terras do sul e sudeste paraense brotaram pastagens, grandes plantações, ouro, cristal, diamante, minério de ferro e se escondiam cadáveres e seus vestígios. O movimento guerrilheiro foi sufocado com as três operações empreendidas pelas forças armadas: 1ª Campanha (12 de abril de 1972 até julho de 1972); 2ª Campanha (setembro e outubro de 1972) e 3ª Campanha (outubro de 1973 a janeiro de 1975). Lembrando que nas duas primeiras campanhas os militantes tiveram considerável êxito. Entretanto, a terceira e última campanha aniquilou toda e qualquer possibilidade de organização e resistência da militância na região. Ficando um legado de horror e medo deixado em especial pelos militares, inclusive com total desrespeito à Convenção de Genebra e aos Direitos Humanos.

Nessa conjuntura, a população camponesa se viu em meio ao fogo cruzado; a maioria com total desconhecimento das razões pelas quais suas vidas foram transformadas da noite para o dia, tendo suas vidas, suas roças, suas casas serem devastadas. Em *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*, Leonencio Nossa mostra que

Numa madrugada de outubro, a patrulha de Curió saiu da Casa Azul em direção a Bom Jesus. Ali viviam apoios da guerrilha com prioridade “1” de prisão - José Salim, Leonel, Severino, João Mearim e Luiz. Também moravam no povoado *Luizinho*, Leonda e Salomão - prioridade “3”. A patrulha cercou a corrutela, entrou nas casas. Mulheres e crianças desesperaram. Cerca de quarenta homens “com idade para lutar” foram levados amarrados e em fila indiana para Bacaba. Entre eles estava o agricultor Pedro Mariveti, amigo de *Edinho*, *Valdir* e *Piauí*.

Depois de retirar os moradores, o Exército arrasou o povoado. A mata ficou vazia, semelhante à selva descrita por militares e comunistas. Era o tempo de guerra, diziam os posseiros, os barqueiros e lavadoras do Baixo Araguaia. Agricultores presos lotavam as bases militares da Bacaba, de Xambioá e Marabá, espécies de campos de concentração. Enquanto os homens não voltavam, as mulheres iam para a Transamazônica. Crianças eram oferecidas a caminhoneiros (NOSSA, 2012, p. 165-166).

Como destaca Moura (1979, p. 24), “a produção local é relativamente pequena: arroz, milho, mandioca, feijão, fava. Os produtores guardam pouco para seu consumo. E o estado só aparecia na forma de coletoria, arrancando-lhes os últimos e poucos recursos de sobrevivência”.

Sucedem-se as injustiças, muitas e revoltantes. O povo só é lembrado pelo governo na ocasião da cobrança de impostos. Todos os meses, o “motor” da Coletoria de São João do Araguaia sobe e desce o rio, levando o coletor, o delegado, um cabo e dois praças da Polícia Militar. Fisco e polícia, juntos. A tarefa é arrecadar impostos, multar, chantagear. Quando o lavrador não tem dinheiro, levam-lhe a criação ou os alimentos de que precisa. [...] A polícia usa diferentes processos de pressão e atemorização para extorquir magros recursos dos plantadores (MOURA, 1979, p. 24).

A descoberta do foco guerrilheiro pelas forças armadas, levou o governo a promover uma grande mobilização militar para a região, tanto para promover ações sociais, como também para estabelecer o domínio territorial. Foram construídas bases militares em locais estratégicos, e alguns viriam a se tornar permanentes na região que ficou estabelecida como área de Segurança Nacional. Nas matas do Araguaia se consumou diversas batalhas entre militantes e a população local. Prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, violação e ocultação de cadáveres etc.

Na “caça aos terroristas, não se poupava ninguém. Os posseiros foram enxotados de suas casas, tiveram suas lavouras queimadas, seus animais mortos. Muitos presos, torturados e outros obrigados a servir de guias ou mateiros. Atrelado a isso vieram as grandes obras do governo federal, principalmente na construção de estradas, sendo a primeira a Transamazônica e depois as Operacionais-OPs: Operacional 1, Operacional 2 e Operacional 3. As estradas operacionais tinham como objetivo facilitar a movimentação militar na região. Mais tarde, como no caso da Operacional 3 - OP3, esta serviria como base de assentamento de posseiros, em especial aqueles que serviram de guias ou mateiros aos militares.

## **As intervenções do Estado na região e a política de cercamentos**

A chegada do estado no Araguaia veio não só na forma de repressão, mas também na forma de expropriação em uma região já marcada pelas disputas, pela posse da terra, onde os grandes latifundiários encontravam diversas alternativas de expulsar os posseiros, inclusive fazendo uso da grilagem e pistolagem para chegar aos seus objetivos. Como afirma Amorim (2014, p. 31), no Araguaia “a bala valia mais do que a escritura das terras - coisa que aliás pouca gente tinha”. A ganância andava de mãos dadas com a corrupção entre setores e grupos políticos da região, como nos mostra Petit (2003). Era comum a grilagem de terras e expulsão dos antigos posseiros; pessoas que estavam há anos no lugar se viam obrigados a deixar suas posses. Tendo como base documentos forjados e mesmo a contribuição dos que deveriam de fato defendê-los ou mesmo andar dentro da legalidade, Amorim nos mostra como agiam alguns agentes públicos na região:

Para quem quer saber, o termo “grilagem” (reivindicar propriedades por meio de documentos falsos, prática muito comum na região) vem de colocar uma escritura de terras fajuta dentro de uma gaveta cheia de grilos. Os bichinhos defecam sobre o papel e dão a ele o aspecto de um documento muito antigo, com assinaturas, timbre de cartório e tudo o mais. Com base nisso, apoiado por tabeliões comparados a peso de ouro, literalmente, alguém pretende tomar um lote ou uma fazenda. E se sobrarem dúvidas, entra em ação os jagunços, os pistoleiros e - às vezes - o delegado de polícia ou o juiz da comarca. Um, dois ou três tiros de 38 solucionam qualquer questão fundiária nos sertões. Se ficar muito complicado, toca-se fogo no cartório ou no fórum. É assim até hoje (AMORIM, 2014, p. 31-32).

As terras da região em sua maioria, classificadas pelo Estado como terras devolutas, eram territórios comunitários indígenas e camponeses. Esses territórios comunais se tornaram alvo da cobiça do latifúndio e do grande capital; as levas migratórias esperançosas de conseguir seu quinhão de terra, aos poucos vão vendo mais uma vez suas expectativas frustradas e os poucos camponeses que conseguiram acesso à terra regularizada eram dissidentes da guerrilha que havia servido como guias, mateiros ou bate-paus da polícia. Uma população em que “a ocupação de quase todos é a roça e a caça - tal como a maior parte da população”, (MOURA, 1979, p. 23), se viram diante da necessidade de buscar alternativas de sustento, seja no campo ou na cidade, se empregando onde conseguisse uma oportunidade, seja nos garimpos, fazendas, diaristas etc.

Não somente as terras passaram por esse processo de privatização. Toda abundância de recursos que havia na região teve o mesmo destino. Dos muitos recursos, estavam principalmente os minerais, como o cristal (Xambioá - TO), ouro (Serra Pelada - PA), minério de ferro (Serra dos Carajás - PA), diamante (Itamirim - PA). É importante salientar que quando os militares chegaram, os militantes já conheciam as minas da região; destacamos que Osvaldo Orlando da Costa quando veio para o Bico do Papagaio já tinha conhecimento sobre mineração, pois quando da sua estada na Tchecoslováquia havia iniciado o curso de Engenharia de Minas. Osvaldo Orlando, desde os idos de 1960 já havia se dedicado à prática de mineração na sua passagem pela Chapada Diamantina - BA e na região de garimpo em Guiratinga - MT. (JOFFILY, 2008, p. 33)

O Mineirão instala-se em Araguatins, na margem goiana do Araguaia, revendendo tecidos que compra em Marabá e Xambioá. Logo começa a se embrenhar pela mata como garimpeiro mariscador - nome local de quem caça para vender as peles.

Ele extrai ouro e diamantes nos garimpos de Itamirim, Chiqueirão, Cajueiro, Pixuna. Trabalha com bateia, pá, picareta e também, debaixo d'água, com equipamentos de mergulho. Orienta outros garimpeiros na venda da produção: “Osvaldo, que pedra é essa? Quanto vale?”

Um velho hoje com 90 anos, Antonio Veloso, que foi mateiro do Exército, atribui a Osvaldo até a descoberta de Serra Pelada, maior mina de ouro a céu aberto do mundo, 100 km a noroeste do Araguaia, que seria explorada nos anos 1980: “Eu me lembro de Osvaldo contando, como se fosse ontem, que tem uma serra assim e assim...” (JOFFILY, 2008, p. 43)

Do mesmo modo, Dinalva Oliveira Teixeira, geóloga baiana, que detinha conhecimento sobre o assunto. (MONTEIRO *et al.*, 2005, p. 29)

Diante desse contexto, percebemos que a escolha da região pela militância se dava não somente por ser um local de tensões sociais propícias ao desenvolvimento da luta armada e possibilidade de adesão da população ao projeto de luta pela terra e garantia de seus direitos. As condições geográficas, extensão territorial, bacias hídricas e minérios abundantes facilitaram a escolha da região.

Como é possível verificar nos itens 1, 23, 24, 25, 26 e 27 do Programa dos 27 Pontos das Forças Guerrilheiras do Araguaia e da União Pela Liberdade e Pelos Direitos dos Povos, havia por parte na militância implantada na região a seguinte proposta:

1 – Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.

23 – As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes, para que sejam cultivadas por ano.

24 – Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação granjas e plantações rentáveis, com objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25 – Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do Governo aos indígenas.

26 – Obrigação de reflorestamento e aproveitamento das árvores derrubadas na exploração de madeira larga escala. O benefício de madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

27 – Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato (MOURA, 1979, p. 75 - 79).

A região já vinha despertando tanto a cobiça nacional como internacional, sendo que já na década de 1960, “no ano da chegada de Osvaldão, a United States Steel Corp., estadunidense, põe dois helicópteros para prospectar o que será a megaprovincia mineral de Carajás, na borda da área da guerrilha”, (JOFFILY, 2008, p. 47). Ainda como sustenta Joffily (2008), a mina de Carajás, “maior mina de ferro do mundo ficará com a Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997, em leilão de legalidade e lisura duvidosas.” Multinacionais e diversas empresas direcionaram seus interesses ao sul paraense, investindo em grandes projetos agropecuários. Exemplo dessas grandes corporações: Bradesco, Volkswagen, Manah, King Ranch e Nixdorf. Inclusive elas se instalam com incentivos de órgãos governamentais, como por exemplo, a Sudam - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

Essa corrida às matas, minas e recursos naturais e minerais do sul e sudeste do Pará, pode ser compreendida à luz dos novos cercamentos como nos ensina Sílvia Federici (2022). Ao lançarmos um olhar criterioso sobre os vários aspectos que margeiam a Guerrilha do Araguaia, nos eventos que a antecederam e nos que a sucederam, é verificável a existência dos cercamentos dos recursos comuns. A autora nos mostra que

Os (...) cercamentos representam uma reorganização em larga escala do processo de acumulação em andamento desde meados da década de 1970, com o objetivo principal de desenraizar trabalhadores do terreno em que seu poder organizacional foi construído, para serem, como os africanos escravizados transplantados para as Américas, forçados a trabalhar e lutar em um ambiente estranho, onde formas de resistência de que dispunham em seu local de origem não são mais viáveis (FEDERICI, 2022, p. 64).

Elementos importantes destacados por Federici, como a “diáspora, arrancados das suas terras, perda de suas casas por causa de guerras”, estão registrados na historiografia da guerrilha aqui apresentada: fluxos migratórios (diáspora); arrancados de suas terras (grilagem, expropriações, expulsões); perda das suas casas por causa de guerras (barracos destruídos, derrubados, queimados). A guerrilha e seus desdobramentos não foram exclusividade de uma questão política e ideológica, mas também de um processo envolvendo a lógica dos cercamentos do comum, amplamente realizados na década de 1970 ao redor do mundo.

Além da retirada das posses ainda era preciso assegurar que a população não viesse a se organizar e se reestruturar, e ainda que não concebesssem novas formas de viver e se organizar de forma comunitária. Para isso, tanto a coerção, as surras, prisões, torturas, ameaças foram utilizadas.

Para garantir que caso ocorresse novos focos guerrilheiros, movimentação ou agitação social (o que de fato ocorreu por várias outras vezes), era preciso manter o estado vigilante, e não só declarar área de segurança nacional, mas manter - se representado; isso ocorreu na forma de quartéis e batalhões implantados na área.

Os posseiros desalojados de suas propriedades se tornaram mão-de-obra abundante e barata, e fizeram justamente o percurso desenhado pela lógica dos novos cercamentos, ou seja, mais uma vez migraram para outros locais, tentando a sorte em fazendas, garimpos, trabalho avulso e outras possibilidades laborais com as quais podiam contar naquelas circunstâncias. Sobre isso, Federici diz que

Os novos cercamentos fazem prevalecer o trabalho móvel e imigrante. Somos hoje a força de trabalho mais geograficamente móvel desde o advento do capitalismo. O capital nos mantém em constante movimento, separando - nos de nossos países, fazendas, jardins, casas e locais de trabalho, porque isso garante salários baixos, desorganização comunitária e alta vulnerabilidade perante a lei, os tribunais e a polícia (FEDERICI, 2022, p. 66).

A empreitada dos cercamentos atingiu de várias formas a população do Araguaia, inclusive tirando a capacidade reprodutiva. As mulheres, que em sua maioria dependiam dos seus maridos para sobreviverem, além de perderem casas, roças, criações, viram seus homens sendo levados, torturados, inutilizados e assassinados. Sem falar das castanheiras, um dos sistemas comunais mais importantes na região, que para muitas famílias eram uma ajuda ou alternativa de sobrevivência. De repente assistiram castanheiras tombadas ou cercadas em grandes propriedades privadas, das quais para fazer a coleta teriam que dividir a produção ou arrendo com os fazendeiros. Sobre isso, Federici aponta que

Outro aspecto dos novos cercamentos é o ataque a nossa reprodução, que nos torna mutantes e também migrantes. O desaparecimento da floresta tropical, o buraco na camada de ozônio, a poluição do ar, dos mares e das praias e o encolhimento de nossos espaços se somam para destruir nossos comuns terrestres (FEDERICI, 2022, p. 67).

Assim entendemos que muito além da luta política, havia em curso naquele momento, e momentos posteriores no Araguaia, uma forma de cercamento, tirando dos camponeses que ali viviam de forma comunitária seus recursos naturais para sobrevivência. Com a chegada dos militantes essas práticas comunais não deixaram de existir, inclusive se estenderam para as relações que teceram entre si. Porém, o estado ditatorial brasileiro, servindo ao grande capital estadunidense e percebendo ali a existência de relações baseadas no comum, interveio tanto para sufocar e eliminar com o foco guerrilheiro, como agiu também para destruir e desarticular as relações produtivas e reprodutivas de populações locais baseadas amplamente no comum e no comunal.

Ressaltamos que olhar a guerrilha do Araguaia sob diversas óticas é o que traz a riqueza da compreensão do evento no campo científico. A proposta aqui apresentada procurou entender o contexto a partir das relações comunais, bem como perceber como o estado interveio nos cercamentos dos bens comuns na região.

Os cercamentos estavam em curso anteriormente à Guerrilha do Araguaia, mas vimos que foi acentuado e atingiu maiores proporções durante e após a presença dos militantes. Se por um lado, os cercamentos tornaram-se aliados contra o inimigo - a militância do PCdoB e seus simpatizantes, por outro, garantiu a continuidade de alguns elementos militares na região. Vale lembrar que Serra Pelada e suas adjacências foi confiado ao Major Curió que tinha certeza de sua impunidade garantida pelo regime militar. Impunidade que ainda recentemente foi expressa ao responder quando questionado sobre o paradeiro dos corpos do Araguaia: “Não sou responsável por mortos. Não sou coveiro” (MONTEIRO *et al*, 2005, p. 29).

## Referências

- AMORIM, Carlos. **Araguaia**: histórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia**: Depois da Guerrilha, uma outra guerra: A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2013.
- FAVARO, Tereza Cristina Pires. **Movimento da Legalidade** (1961): resgatando o protagonismo de Mauro Borges. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, jul. 2011 p. 41-65.
- FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.
- JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**. São Paulo. Geração Editorial, 2012.
- MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**: Apresentação de Clóvis Moura. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmento do *et tal*. **A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades**. XVI Congresso FoMerco - Integração Nacional em Tempos de Crise: Desafios Políticos e Dilemas Teóricos. Salvador-Bahia, p. 1 – 20, set., 2017.
- NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.
- PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**: Informações novas. Documentos inéditos e na íntegra. São Paulo: Global, 1986.
- REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória Camponesa e guerrilha do Araguaia**. In: PEREIRA, Aírton dos Reis... [et al.]. **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Belém - PA: Paka - Tatu, 2017, pg.169 - 199.
- REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar**. **Cadernos do CEOM 50 Anos da Transamazônica**. Chapecó (SC), 2021, P. 175-189.
- SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as reformas de base. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.32, jan./jun. 2019, p. 5-20.

SOUZA, Milena Freitas de; ARAÚJO, Thaynah Barros de; EVANES, José. **O CRESCIMENTO DO BOLO E DAS DESIGUALDADES**: caracterizações das políticas sociais no regime militar brasileiro. II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: Estado e Políticas Públicas no contexto de Contrarreformas. UFPI. Teresina - Piauí, 2018.

VÁRIOS AUTORES. **Guerrilha do Araguaia**: Uma epopéia pela liberdade. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª ed., 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

Recebido em 15 de maio de 2022  
Aceito em 25 de maio de 2022